

ANÁLISE DA COBERTURA VACINAL DE RÉCEM-NASCIDOS NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA ANTES E NO DECORRER DA PANDEMIA DA COVID-19

Tiago Conceição Gomes¹; Marília Peixoto Alves¹; Samara da Silva Ribeiro¹; Aline Pires Reis²

¹Graduando em Enfermagem (UNIMAM), tiagogomes50991@gmail.com, lilaapeixoto17@gmail.com, samsribeiroo@gmail.com; ²Mestra em Planejamento Territorial (UEFS), UNIMAM, alinepreis@hotmail.com.

O processo de vacinação tem sido uma ação integrada e rotineira dos serviços de saúde, que tem o intuito de erradicar, eliminar e/ou controlar as doenças imunopreveníveis no território brasileiro. Dessa forma, para que uma criança seja considerada imunizada, ela deve estar em dia com calendário vacinal preconizado para cada idade, uma vez que o atraso na vacinação pode ser tão prejudicial quanto sua ausência. Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi descrever a cobertura vacinal dos neonatos no período de 2018 a 2021 no município de Cruz das Almas-BA. Para tanto, utilizou-se como metodologia a análise de dados secundários, de domínio público, referente a cobertura vacinal segundo imunobiológico, extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), do município de Cruz das Almas, Bahia, correspondente ao período de 2018 a 2021 (antes e durante a pandemia, respectivamente). Tais dados foram analisados a partir da cobertura alcançada e da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde. Sendo assim, ao realizar uma análise comparativa dos dados, foi possível identificar uma queda significativa na cobertura vacinal entre os períodos de 2018 a 2021. Posto isto, este estudo permite compreender que no ano pré-pandêmico (2018) a cobertura vacinal referente aos imunobiológicos BCG e Hepatite B apresentavam valores de 121,20% e 124,09%, respectivamente, mostrando-se acima da meta preconizada pelo Ministério da Saúde, que corresponde a 95%. No entanto, quando comparado com o ano de 2019, marcado pelo início da pandemia da COVID-19, identificou-se uma diferença considerável relativa a 39,59% (BCG) e 46,04% (Hepatite B), visto que os mesmos apontaram valores de 81,61% e 78,05%, por essa ordem. Outrossim, percebe-se também uma discrepância negativa da cobertura vacinal entre os períodos de 2019 a 2020, equivalente a 27,52% (BCG) e 29,03% (Hepatite B), haja vista que os valores alcançados em 2020 foram de 54,09% (BCG) e 48,75% (Hepatite B), de modo respectivo. À vista disso, os estudos científicos avaliados demonstram que essa baixa adesão à vacinação de neonatos pode estar relacionada à possíveis fake news e ação dos movimentos anti-vacinas, que foram expandidos com a atual pandemia do novo Coronavírus, essa que gerou um momento de crise, na qual desencadeou angústia, medo, pânico e insegurança para sair às ruas, e conseqüentemente ir às unidades de saúde. Em contrapartida, apesar dos declínios negativos nestes anos, quando avaliado a diferença entre os anos 2020 e 2021, houve um discreto aumento destas coberturas, referente a 16,06% (BCG) e 20,01% (Hepatite B), considerando que em 2021 tais vacinas dispunham de valores de 70,15% (BCG) e 68,76% (Hepatite B). Isso pode ser justificado pela maior flexibilidade nas restrições de isolamento e pelo início da vacinação do SARS-CoV-2, de acordo com pesquisas realizadas. Em síntese, os processos educativos, ambientais e em saúde apresentam-se como sustentáculos colaborativos para instrumentalizar a sociedade acerca da adesão e cumprimento do calendário básico de vacinação para os recém-nascidos e públicos em geral. Portanto, evidencia-se a necessidade de mais estudos relacionados à cobertura vacinal, com a finalidade de fomentar a importância social da vacinação para a coletividade.

Palavras-chave: Saúde da criança. Vacinação. Cobertura vacinal.